

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE
RACIAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(da Sra. Luizianne Lins)

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Audiência Pública sobre a situação das pescadoras e dos pescadores artesanais do Brasil.

Requeiro, com fundamento nos artigos 32, Inciso VIII, e 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização da Audiência Pública sobre a situação das pescadoras e dos pescadores artesanais no Brasil. Para tanto, convido:

- Representantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
- Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
- Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- Representante do Ministério da Pesca e Aquicultura
- Representante do Ministério da Justiça e da Segurança Pública

JUSTIFICATIVA

As pescadoras e pescadores artesanais desempenham papel fundamental na economia e na sustentabilidade das comunidades costeiras e ribeirinhas do Brasil. Com uma história rica e ancestral, a pesca de subsistência tem sido uma atividade essencial para a sobrevivência de muitas famílias ao longo das gerações.



A pesca artesanal, caracterizada pelo uso de embarcações e equipamentos simples e em pequena escala, tem como objetivo principal suprir as necessidades básicas de alimentação das comunidades pesqueiras, além de contribuir para o comércio local e regional. O grupo de pescadoras e pescadores geralmente empregam técnicas tradicionais e possuem um conhecimento íntimo e respeitoso dos recursos marinhos e fluviais, incluindo os períodos de reprodução, migração e abundância das espécies.

Apesar da importância para a segurança alimentar, para a subsistência das comunidades e para a proteção do meio ambiente que habitam, mulheres e homens que vivem da pesca artesanal enfrentam inúmeros desafios e violações dos seus direitos fundamentais, sofrendo ameaças e abordagens policiais violentas, com a falta de reconhecimento e de valorização de seu trabalho, sendo marginalizados nas políticas públicas relacionadas à pesca. Há, ainda, falta de infraestrutura básica mínima em algumas localidades e ausência de capacitação e de assistência técnica adequadas.

Os pescadores e pescadoras artesanais sofrem também pelo ataque aos recursos pesqueiros e aos ecossistemas costeiros e fluviais. A pesca predatória industrial e de larga escala, a poluição e a destruição dos *habitats* naturais têm reduzido a disponibilidade de peixes e afetado a subsistência das famílias nas comunidades. Além disso, a falta de áreas protegidas e de fiscalização efetiva contribuem para a exploração indiscriminada dos recursos pesqueiros, prejudicando todas e todos que dependem desses recursos para sobreviver e colocando sua segurança em risco no confronto com seguranças privadas.

Diante desses desafios, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que valorizem o trabalho e garantam a segurança das famílias. Ademais, é necessário reconhecer o papel da pesca artesanal na garantia da segurança alimentar de suas comunidades, na conservação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas litorâneos e fluviais. Nesse processo é primordial fortalecer a organização de pescadoras e pescadores artesanais que lutam cotidianamente por uma vida digna e justa.



Pelas razões acima elencadas, conto com concordância de meus pares a respeito da necessidade de aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2023.

Deputada Luizianne Lins (PT/CE)

